

## **A internacionalização da língua portuguesa**

### **Difusão da Língua Portuguesa em Ensino a Distância.**

#### **Metodologias de *e-learning*.**

#### **Mário Filipe**

O ensino de línguas de grande difusão global é hoje servido por várias estratégias e políticas de língua que procuram aliar, para além do óbvio objetivo de captar novos falantes, estratégias de sedução e instrumentos de atuação que cheguem perto dos potenciais novos falantes. Conquistar “novos mercados”, ir direto aos interesses do aprendente, criar cursos à medida das suas necessidades específicas fazendo crer que aquele curso foi modelado especial e especificamente “só para ele”. Há duas componentes nestas estratégias de sedução que são fundamentais, “A língua é indispensável à sua vida profissional (e/ou cultural) ” e “a língua x é fácil de aprender”. Outro argumento associado é o do futuro (“ser uma língua de futuro”), ou ainda, a associação da língua x a uma língua ligada ao progresso e à vitalidade económica. Para que tal funcione basta confiar que o potencial alvo pense, por exemplo, no inglês olhando para os Estados Unidos, o Reino Unido, o Canadá ou a Austrália e esqueça a maioria dos países da Commonwealth, onde o domínio da língua inglesa facilita antes do mais a exportação de matérias-primas para os países acima referidos sem que isso coloque os países exportadores de recursos naturais anglófonos, em qualquer ranking de desenvolvimento humano, acima do nível de sobrevivência.

## **Relatório do Grupo de Trabalho sobre A Internacionalização da Língua Portuguesa**

### **Para uma política articulada de promoção e difusão**

Anexo 5 *E-learning*

*janeiro de 2008*

Todos os países de origem das quatro línguas de expressão internacional ou global têm instituições vocacionadas para o ensino e aprendizagem internacional das suas línguas. Outros existem que não podendo invocar a característica globalizadora não deixam, por isso, de promover as suas línguas como o alemão, o italiano ou o romeno.

Das quatro línguas acima (inglês, espanhol, francês e português), a única que não dispõe de possibilidade de acesso às grandes massas do mercado é a língua portuguesa. Por alguma razão, que não se alcança, o Estado atua como se não acreditasse à partida, nas potencialidades da língua que afirma necessitar de promover, apesar de afirmar essa mesma necessidade em todas as oportunidades que as sessões solenes propiciam (a última foi a celebração oficial do 34.º aniversário do 25 de Abril de 1974). Independentemente do estado da economia, o Instituto Camões, que tem a responsabilidade de promover a Língua Portuguesa no mundo, tem um orçamento cerca de 10 vezes mais pequeno do que o orçamento mais baixo das Instituições que promovem as três outras línguas.

Num contexto em que o multilinguismo é cada vez mais uma presença nas preocupações dos dirigentes da Europa Continental e em particular dos membros continentais da União Europeia, o ensino das línguas, em particular das línguas da União Europeia com interesse estratégico para o aprofundamento das relações internacionais (extraeuropeias), culturais, económicas e de amizade, não é admissível que uma das línguas não tome as medidas de intervenção política necessárias para ser olhada, percebida e considerada como uma das línguas estratégicas para a UE. Este trabalho não pode ser alcançado por reconhecimento externo, tem de ser obtido por ação determinada pelo plano interno, através de uma visão global, que para além de considerar um vetor de ação no plano da UE, considere também uma visão mais vasta no quadro mundial e no quadro geolinguístico da CPLP.

## Relatório do Grupo de Trabalho sobre A Internacionalização da Língua Portuguesa

### Para uma política articulada de promoção e difusão

Anexo 5 *E-learning*

janeiro de 2008

Neste contexto onde tanto se apela à diversidade linguística e cultural, onde tanto se apela à promoção do plurilinguismo e à cidadania democrática na Europa, o lugar da Língua Portuguesa tem de ser afirmado por ações tanto como por palavras.

Ainda que o contexto global e europeu imponha uma política nacional de médio prazo, de difusão da língua portuguesa no exterior (em contexto de língua não materna – língua materna onde tal se justifica -, sendo um dos eixos de desenvolvimento a difusão da língua portuguesa como língua estrangeira) que responda não só em planeamento e estratégia como em meios logísticos e em meios financeiros, não se espera, embora se deseje, que o orçamento para esta área da política externa nacional atinja valores a quatro anos, próximos dos 50% do orçamento do Instituto Cervantes.<sup>1</sup> No entanto, uma política de língua que não pode dispor dos meios da concorrência tem de dispor de melhor política, de melhores objetivos e de melhor planificação, implementação, acompanhamento e avaliação.

Uma das vias que pode concorrer para a difusão da língua portuguesa no exterior (mas que não deve excluir a difusão interna junto das comunidades imigradas), que não exclui estratégias de proximidade presencial mas que as pode complementar, potenciar e apoiar, é o uso das metodologias baseadas no Ensino a Distância, na sua dimensão de *e-learning*.

Falar, neste momento, de aprendizagem de línguas a distância, não significa desbravar novos caminhos ou novas fronteiras. O desenvolvimento tecnológico e a investigação já desenvolvida permitem que, atualmente, estes cursos estejam longe de constituir ficção ou um mero auxiliar de apoio a outros meios colocados à disposição de estudantes e professores. O ensino das línguas a distância antes se tem vindo a afirmar internacionalmente como uma

---

<sup>1</sup> O Instituto Cervantes teve em 2007 um orçamento de 89.413 milhões de €, mais 30% do que em 2006, sendo orçamento para 2008 de 100,56 milhões de euros, um aumento de 12,5%. 90% deste orçamento é suportado pelo Orçamento do Estado Espanhol. [http://www.cervantes.es/docs/Cifras\\_IC\\_2007.pdf](http://www.cervantes.es/docs/Cifras_IC_2007.pdf)

## **Relatório do Grupo de Trabalho sobre A Internacionalização da Língua Portuguesa**

### **Para uma política articulada de promoção e difusão**

Anexo 5 *E-learning*

*janeiro de 2008*

das ofertas com maior impacto em instituições de ensino superior de todo o mundo. O *e-learning* permite, hoje, um ensino e uma aprendizagem das línguas estrangeiras com qualidade e exigência, conseguindo-se também um trabalho coerente na vertente oral, onde a investigação atual centra muito dos seus esforços.

Brevemente, podemos considerar três linhas genéricas em que o *e-learning* pode, atualmente, servir os interesses estratégicos e políticos da ação externa de Portugal na promoção da língua portuguesa, tanto na área do ensino como na de formação de professores, e que podemos considerar de acordo com três polos de ação da política de língua externa, (a) Comunidades Portuguesas, (b) PALOP e Timor-Leste e (c) Difusão da Língua Portuguesa a estrangeiros:

1. O apoio ao ensino e formação/atualização de professores nas áreas de estabelecimento das Comunidades Portuguesas emigradas (extra UE) ou no espaço interno da União Europeia onde residem significativas comunidades de cidadãos portugueses/comunitários;
2. Na vertente de aprendizagem de PLE destaca-se a criação de cursos de Português Língua Estrangeira de largo espectro de difusão no exterior, mas também cursos para fins específicos (por exemplo, cursos de língua e cultura de negócios para pequenas e médias empresas exportadoras). Na vertente de formação/graduação, a criação de cursos curriculares, de formação complementar ou de base, para professores de português língua não materna, orientados para as necessidades de capacitação em países em que há carência de formação em Didáticas das Línguas Estrangeiras ou onde existe uma deficiente oferta de professores de Língua Portuguesa (não materna ou PLE) que respondam às

necessidades de integração do português como língua estrangeira curricular nos sistemas nacionais de ensino, como é cada vez mais o caso de países do Mercosul. Ainda neste âmbito de graduação, poder-se-á dar resposta, por intermédio do ensino a distância na modalidade de *e-learning*, à vertente da formação pós-graduada (2.º Ciclo) em Língua e Cultura Portuguesas para estrangeiros. Um alvo natural destes cursos serão, por exemplo, os atuais leitores e demais docentes no estrangeiro dependentes do Instituto Camões.

3. A criação de cursos curriculares de formação complementar e/ou de base para professores de português língua não materna, orientados para as necessidades dos PALOP e Timor-Leste, concebidos em parceria com universidades locais e acessíveis a partir de centros previamente definidos. Naturalmente, uma identificação mais exata das necessidades a colmatar, particularmente no que respeita à formação, terá de ser conseguida com trabalho de terreno para cabal reconhecimento de carências e melhor determinação das soluções a implementar.

Uma plataforma de *e-learning* não elimina nem colide com estratégias presenciais centrais de ensino da língua e formação de professores, antes é uma vertente que complementa uma rede concertada de planeamento linguístico. Esta metodologia permite a realização de cursos de formação de base ou pós-graduada para agentes de ensino, professores em particular, que necessitando de formação/atualização pedagógica e científica a podem obter por esta via, permitindo-se assim servir necessidades que existam em vários lugares dispersos, sem dispêndio logístico significativo em termos humanos. Através deste meio é possível fazer formação de professores em vários países ao mesmo tempo usando uma mesma plataforma.

## **Relatório do Grupo de Trabalho sobre A Internacionalização da Língua Portuguesa**

### **Para uma política articulada de promoção e difusão**

Anexo 5 *E-learning*

janeiro de 2008

O Mercosul está a criar necessidades de formação de professores de português em vários países em virtude da aplicação das políticas de língua daquele organismo que, de acordo com o tratado do Mercosul, impõem a aprendizagem das suas duas línguas oficiais em todos os países membros, tornando-as primeiras línguas estrangeiras de aprendizagem curricular nos ensinos básico e secundário dos respetivos países. Esta realidade impõe necessidades de formação que necessitam de uma resposta rápida que, a ser dada na forma tradicional, exigiria custos humanos e logísticos muito elevados mas a que uma plataforma de *e-learning* pode dar resposta com qualidade uniforme, em tempo útil, e com meios tecnológicos e de criação dos conteúdos, por equipas profissionais. Também ao nível da realização dos cursos as vantagens são de tipo económico e logístico em meios humanos e materiais.

Os cursos de ensino devem visar a obtenção de uma qualificação internacionalmente reconhecida pelo Sistema de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira estabelecido pelo CAPLE.

#### **Intervenção autónoma, integrada e complementar.**

O ensino, tal como a formação, pode ter no *e-learning* uma boa estrutura de apoio e difusão, dando resposta a necessidades que, desde que integradas numa rede e numa estratégia clara e de médio prazo, podem servir os interesses do Estado, quer numa ação autónoma, quer servindo uma ação estratégica integrada de apoio ao sistema presencial implantado no terreno.

Na sua linha autónoma o ensino via *e-learning* complementa necessidades de potenciais estudantes que pretendem aprender português através de cursos não curriculares e que podem ver neste sistema um modo tecnologicamente atraente de aceder ao conhecimento.

## **Relatório do Grupo de Trabalho sobre A Internacionalização da Língua Portuguesa**

### **Para uma política articulada de promoção e difusão**

Anexo 5 *E-learning*

janeiro de 2008

Na sua linha de apoio este sistema serve quer como apoio *online* a cursos presenciais, quer como apoio a professores no estrangeiro com necessidades de aceder a recursos e a partilha de recursos. Como efeito desta integração dos professores nesta rede, assistir-se-ia à criação de comunidades virtuais de professores que o sistema central teria todo o interesse em desenvolver e incentivar, pois funcionaria como um modo de quebra de isolamento e de integração a distância de professores e de acompanhamento de diversas atividades programadas a nível local e central.

Na sua linha de formação de professores, esta dimensão estratégica responderia a necessidades nacionais e externas de graduação para o ensino. Na sua dimensão externa, estaria integrada por via de protocolos estabelecidos entre o Estado Português e as partes interessadas (i.e. países terceiros, ou universidades estrangeiras de países onde o Português tem um *deficit* de formação de professores), num plano de apoio à difusão e promoção da língua Portuguesa para a formação de professores.

Esta linha poderia tomar uma vertente mais orientada para o PLE em países não lusofalantes ou para a formação em PLNM em países onde a LP é língua oficial ou mesmo língua materna onde essa já é a realidade.

Uma vez integrado numa política de língua externa, num Plano Estratégico Nacional para a Promoção da Língua Portuguesa no Mundo, o *e-learning*, pode servir uma estratégia de proximidade virtual que chegue onde o presencial não está, mas também em complementaridade com o presencial onde este necessite dele.

Um Sistema Virtual da Língua Portuguesa pode ser uma Academia Global da Língua Portuguesa, pode mesmo ser a resposta à penumbra em que vive o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, contribuindo para a sua revitalização por esta via, potenciando e dinamizando as razões para que foi criado. Pode também ser um ponto de encontro de uma estratégia conjunta

## **Relatório do Grupo de Trabalho sobre A Internacionalização da Língua Portuguesa**

### **Para uma política articulada de promoção e difusão**

Anexo 5 *E-learning*

*janeiro de 2008*

com efeitos práticos e de participação efetiva dos oito (CPLP), para uma ação concertada junto das Organizações Internacionais onde a LP é língua de trabalho.

Por esta via, houvesse determinação política, visão estratégica e vontade de intervenção internacional concertada, a Língua Portuguesa poderia tornar-se na primeira Língua global com uma política virtual de intervenção em parceria de todos os países que a falam.

Sobre a questão dos custos de implementação de uma política deste tipo, deve antes de mais ter-se consciência de que uma ação pensada e estruturada é muito mais barata do que anos e anos de decisões de momento e ações sem consequência, que apenas provam que mesmo gastando cada vez menos com esta área política o esbanjamento de recursos não para porque o pouquíssimo que é aplicado não serve um fim preconcebido.

Pergunte-se hoje ao Instituto Camões onde vê a Língua Portuguesa daqui a dez anos com a política que estará hoje a desenvolver, para se perceber melhor se os poucos recursos de hoje estão a ser bem aplicados.